

A Influência do Cursinho no Desempenho do Exame Vestibular

Joseneide Franklin Cavalcante

Maria Teresa Albuquerque Guimarães

S U M Á R I O

O surgimento dos cursinhos nos últimos vinte anos representa, sem dúvida, uma anomalia do sistema de ensino brasileiro. Transformados em meras agências de treinamento para os exames vestibulares, a atividade dos cursinhos é fortemente limitativa, deixando à margem as demais funções que deveriam ser cumpridas pelas escolas a nível de 2.º grau.

As diretrizes legislativas do país sobre vestibular determinam a “utilização de mecanismos de aferição que assegurem (...) e comprovem um mínimo de conhecimento a nível de 2.º grau ... (dec.-lei n.º 79 293/77)”. Objetivando o cumprimento desses dispositivos, a Universidade Federal do Ceará (U.F.C.), através da Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV), tem desenvolvido trabalho no sentido de aumentar o grau de eficiência das provas dos exames vestibulares, elaborando quesitos tecnicamente capazes de aferir níveis de aprendizagem mais complexos e, conseqüentemente, diminuindo a probabilidade de acertos casuais, por memorização, eliminação de respostas etc.

Muito se tem discutido sobre as conseqüências da atuação dos cursinhos no ensino de 2.º grau e no exame vestibular; entretanto, raras têm sido as iniciativas de estudar for-

malmente o problema. Numa tentativa de testar se o cursinho tem ou não efeito positivo sobre a classificação no vestibular, selecionamos uma amostra de 25% dos Questionários Sócio-Econômicos aplicados pela CCV no 1.º Concurso Vestibular da U.F.C.-1977, num total de 1240 observações, sendo 566 homens e 575 mulheres. Na análise preliminar, constatou-se correlações negativas e significativas (ao nível de 5%) entre as variáveis “fez cursinho” e “passou” no vestibular, tanto para homens como para mulheres. No entanto, isso não é prova satisfatória de que o cursinho tenha influência negativa sobre o aluno no seu desempenho no exame vestibular, considerando-se a necessidade de que outras variáveis sejam estudadas simultaneamente. Para tal, foi feita uma regressão onde foram controladas as seguintes variáveis: idade, repetência no 2.º grau, cursinho, tentativas de exame vestibular, número de pessoas com que divide o quarto, leitura de jornal, curso de língua estrangeira, escolha do espanhol — para o aluno; e nível de instrução do pai e da mãe, renda do pai e da mãe, tipo de casa, leitura de jornal pelo pai e pela mãe — para a família.

O resultado da regressão confirmou a hipótese de que o cursinho não tem efeito positivo sobre a probabilidade de o aluno se classificar no exame vestibular, sendo que, para as mulheres, o efeito foi negativo e significativo, enquanto que para os homens, foi negativo mas insignificante.

I N T R O D U Ç Ã O

O acesso aos cursos superiores tem sido a principal aspiração da quase totalidade dos alunos que conseguem atingir o 2.º grau. Provenientes, em sua grande maioria, de cursos puramente acadêmicos, esses alunos, numa faixa etária entre 18 e 22 anos, sem nenhum preparo profissional, depositam nos diplomas dos cursos superiores a esperança de uma qualificação que lhes dê acesso ao mercado de trabalho e a níveis sócio-econômicos mais elevados.

As condições de subdesenvolvimento do país, bem como uma forte tradição cultural voltada para o intelectualismo, têm-se constituído em barreiras que afastam os jovens das ocupações técnicas de nível médio, afastamento esse que se faz tanto mais forte quanto mais alto seja o *status* social desses jovens. Esse fenômeno se torna mais acentuado nas regiões onde o subdesenvolvimento é maior, como é o caso do Nordeste. Os cursos superiores, então, se transformam nas vias de acesso para aqueles que almejam camadas sociais mais elevadas ou, no mínimo, possibilitam àqueles que já provêm das camadas altas se conservarem nas mesmas. Infelizmente, a realidade nem sempre corresponde às expectativas, e o crescimento desordenado desses cursos superiores tem provocado um excesso de oferta sobre a demanda de mão-de-obra em algumas profissões, enquanto em outras permanecem *deficits* crônicos, devendo-se chamar a atenção para o problema da concentração desses profissionais de níveis superiores nas regiões urbanas, enquanto as regiões rurais caracterizam-se pela carência ou inexistência dos mesmos.

Para ingresso nos cursos superiores, foi instituído, desde 1911, pela Reforma Rivadávia Correia, o Exame Vestibular. Esse Exame, que tem sofrido inúmeras modificações através do tempo, tem por finalidade se constituir no “filtro” que deverá selecionar os mais capazes da massa de alunos egressos da escola média (2.º grau) regular ou dos exames supletivos, e que, a cada ano, vem se avolumando não só porque o número de alunos que conclui o 2.º grau é muito maior do que o número de vagas nos cursos superiores, mas porque a estes concludentes se acrescenta parte do excedente de cada Vestibular realizado. (1) O crescimento quantitativo da procura pelo Vestibular provocou problemas de ordem pedagógica, principalmente no que se refere à correção das provas. A solução mais viável encontrada foi a adoção de provas com quesitos objetivos de múltipla-escolha, facilmente corrigíveis por um sistema de computação e que já vem sendo utilizando há mais de quinze (15) anos em quase todo o país. A validade desse tipo de avaliação é discutível, principalmen-

te se este é o único critério utilizado. Infortunadamente, entretanto, até agora não se vislumbrou solução mais adequada para o problema, e a modalidade como vem se realizando o Exame Vestibular no país tem influenciado diretamente sobre a modalidade de ensino ministrado no 2.º grau.

Provenientes, como já foi dito, de uma escola de 2.º grau acadêmica e falsamente intelectualista, os alunos deram-se conta do seu real despreparo para enfrentar o Vestibular, trazendo à tona um problema já existente desde as nossas raízes históricas: uma escola artificial que não chegava a cumprir suas funções intrínsecas — formação cultural, socialização, formação cívica, formação profissional (2) — nem mesmo a de continuidade, isto é, de torná-los aptos a prosseguir seus estudos em níveis posteriores. Essa constatação, ao invés de contribuir para a reformulação dos objetivos e da sistemática de funcionamento das escolas e do ensino, deu margem ao surgimento de cursos especiais, “os cursinhos”, que, desenvolvendo-se paralelamente aos cursos regulares, se tornaram uma anomalia do nosso sistema de ensino. Recebendo apoio legislativo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4 024/60), os cursinhos cresceram com muita rapidez, e são, pelo menos duas as causas subjacentes a esse crescimento: a primeira, objetiva, é o excesso de demanda por vagas nos cursos superiores, e a segunda, subjetiva, e apoiada por uma eficiente máquina de propaganda, é a ilusão que esses cursinhos criam nos alunos e nas suas famílias de que são o veículo indispensável para um desempenho eficiente no exame Vestibular. Muitos educadores brasileiros têm se preocupado com a influência destrutiva que esses cursinhos vêm exercendo, não só sobre a 3.ª série, mas sobre todo o ensino de 2.º grau. “O nível superior, por constituir o último degrau da escada de escolarização, permaneceu durante algum tempo fora do alcance da onda que se avoluma (...). Ao crescimento da procura respondeu, portanto, com menos arranjos de superfície que apenas produziavam distorções, como o cursinho, e não implicavam uma efetiva racionalização dos meios para o reclamado aumento da produtividade”. (3) A pressão exercida pelos cursinhos sobre o sistema de ensino é

tal, que tem se constituído numa das causas de entrave à implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º graus (5 692/71), a qual determina uma profissionalização ao final do 2.º grau. Mais uma vez, a tentativa de dar um sentido terminal a esse nível de ensino choca-se com a resistência dos alunos, pais de alunos e das escolas, sejam as públicas, por falta de recursos materiais e humanos, sejam as particulares, pelo dispêndio adicional que adviria da aquisição de máquinas e equipamentos especiais e de um corpo docente mais especializado. Por outro lado, não há um estímulo do mercado de trabalho para absorção desses profissionais de nível médio técnico, e assim, persiste atualmente, tão efetiva como nunca, a contradição básica do ensino médio brasileiro: acadêmico x profissionalizante.

Sem grandes alternativas e almejando degraus mais altos na pirâmide social, os alunos lançam-se aos cursinhos, no que são apoiados pelas famílias. Orçando em torno de Cr\$. . . 4.000,00 a Cr\$ 6.000,00 anuais no Estado do Ceará, sem contar com transporte, vestimenta e material escolar, o custo do cursinho entra nos orçamentos familiares, diminuindo a renda disponível, principalmente nas classes média e média baixa, onde o número de filhos é geralmente maior e as receitas próximas ao nível de subsistência. Se o cursinho fosse realmente a solução, esses custos poderiam ser considerados como investimento das famílias a médio prazo. Entretanto, uma pergunta faz-se necessária: os cursinhos exercerão, de fato, influência positiva no desempenho do Vestibular?

A resposta da grande maioria das pessoas tem sido: obviamente que sim. Entretanto, essa não é a opinião daqueles que vêm tentando abordar o problema de um ângulo mais técnico. Deixando de lado, por hora, um aspecto pedagógico muito importante — o efeito do cursinho sobre o nível de complexidade da aprendizagem de um aluno do 2.º grau e suas conseqüências no ensino superior — tentaremos, no presente trabalho, estudar, especificamente, a influência que o cursinho exerce no desempenho do Vestibular. No tópico que se segue falaremos sobre a metodologia utilizada; posteriormente, sobre as conclusões às quais chegamos e, final-

mente, tentaremos fazer um levantamento das possíveis falhas nas quais incorremos, para que sirva de subsídio a estudos posteriores.

M E T O D O L O G I A

A hipótese inicial que tomamos para estudar foi a seguinte: o cursinho não tem efeito significativo sobre o desempenho do aluno no Exame Vestibular.

Como amostra, escolhemos, aleatoriamente, 25% dos seis mil (6 000) Questionários Sócio-Econômicos aplicados pela Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) da Universidade Federal do Ceará (UFC) aos alunos que se inscreveram para o 1.º Vestibular do ano de 1977, num total de 1 240 observações, sendo 665 homens e 575 mulheres. Dezenove (19) variáveis foram controladas, 9 relacionadas com o aluno: idade, repetência no 2.º grau, cursinho, tentativas de exame vestibular, número de pessoas com quem divide o quarto, leitura diária de jornal, aprovação no vestibular, curso de língua estrangeira e o espanhol como língua do vestibular — e dez (10) relacionados com a família do aluno: instrução média do pai, instrução média da mãe, instrução superior do pai, instrução superior da mãe, renda familiar, valor da casa própria, leitura esporádica de jornal pelo pai, leitura esporádica de jornal pela mãe, leitura diária do jornal pelo pai e pela mãe. Essas variáveis foram escolhidas na tentativa de identificar outros fatores, além do cursinho, que podem contribuir positiva ou negativamente no desempenho do aluno no exame vestibular. Utilizando o método dos mínimos quadrados clássico, foram estimadas quatro regressões múltiplas. Nas primeiras regressões a variável dependente foi PASSOU e tentou-se analisar o efeito de todas as outras variáveis sobre o desempenho do aluno no exame vestibular. Nas últimas e variável dependente foi CURSINHO para determinar as causas que levam o aluno a frequentar o cursinho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os primeiros resultados (4) evidenciaram correlações negativas e significantes entre as variáveis CURSINHO e PASSOU, tanto para homens (-0,05) como para mulheres (-0,12) ao nível de 5% de significância. Entretanto, isso não é prova satisfatória de que o cursinho tenha influência negativa sobre o desempenho do aluno no exame vestibular, considerando que, se a maioria dos alunos já tentou vestibular outras vezes e não conseguiu classificação, é possível que a deficiência seja dos próprios alunos e não do cursinho.

Partiu-se, então, para um estudo das regressões, cujas variáveis estão definidas na tabela 1 e os resultados na tabela 2. Antes de entrar na análise desses resultados, vale salientar que, exceto para a variável "cursinho", todas as demais são probabilidades condicionais, já que, a rigor, a probabilidade de passar no vestibular deveria ser dada pela fórmula:

$$P(\text{passar no Vestibular}) = \bar{P}(\text{fazer Vestibular}) \times P(\text{variável fez Vestibular})$$

Para a variável cursinho, a probabilidade de fazer vestibular é muito próxima de 1 — já que, em tese, todos os que fazem cursinho tentarão o vestibular — e, portanto, pode ser utilizada no cálculo. Para as outras variáveis, entretanto, é praticamente impossível encontrar essa probabilidade. Essa poderia ser uma das justificativas para alguns resultados que nos pareceram surpreendentes.

Na primeira regressão, merecem comentários: Idade (-2,420) e Curso de Língua Estrangeira (1,938), ambos coerentes e esperados.

Na segunda regressão: Tentou (10,582), Espanhol (3,069) e Mãe Universitária (-2,768). Essa última, embora aparentemente contraditória, pode ser facilmente justificada pelo fato de que o nível sócio-econômico da família deve ser mais alto e, conseqüentemente, os filhos estudam em escolas particulares que, em geral, têm a 3.ª série do 2.º grau funcionando já sob forma de cursinho. O alto índice de significância da variável que tentou é uma constatação da realidade: se o aluno já tentou o vestibular e não passou, obviamente

que procurará um cursinho. Com relação ao Espanhol, é a língua escolhida pela grande maioria daqueles que não têm nenhum preparo em qualquer outra língua e escolhem-na por considerá-la a mais fácil de aprender durante o cursinho.

Na terceira regressão: Idade (-2,278), Cursinho (...) (-2,660), Tentou (2,222) e Curso de Língua Estrangeira (1,978). Mais uma vez, cursinho aparece como significativo e negativo na probabilidade de passar no vestibular. Esse resultado, um tanto inesperado e surpreendente, requer um estudo mais minucioso, que tentaremos num próximo trabalho.

Na última regressão: Idade (1,817); Tentou (10 151); Espanhol (3 904) e Renda Familiar (-2 070). Para esta última variável, a justificativa poderia ser idêntica à da variável Mãe Universitária da 2.ª regressão. As outras são coerentes e também já foram justificadas.

Uma variável que parecia-nos, *a priori*, bastante significativa sobre a probabilidade de passar no Vestibular, era a Renda Familiar. Como isso não aconteceu, tentamos fazer um exame mais apurado dessa variável e, pelo exame das tabelas 3, 4, 5 e 6, podemos concluir que a sua influência é muito grande na probabilidade de fazer o vestibular e isso se faz muito claro, não só nas referidas tabelas mas, de um modo mais geral, na média de renda mensal dos vestibulandos: Cr\$ 4.800,00 para os homens e Cr\$ 5.200,00 para as mulheres, o que é uma faixa de renda muito alta para o Estado do Ceará, e que pode nos mostrar que a escola de 2.º grau vem funcionando, não como um agente de seleção intelectual, mas como um agente de seleção econômica.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Se os resultados não foram aqueles esperados inicialmente, duas podem ser as justificativas: a inadequação da hipótese inicial ou imprecisões no desenvolvimento do trabalho. Por continuarmos a acreditar que o cursinho não tem influência significativa no desempenho do aluno no exame vestibular, optamos pela segunda justificativa.

A primeira imprecisão pode ter ocorrido na escolha das variáveis, muitas das quais não se apresentaram significativas na regressão, como por exemplo, número de pessoas com quem divide o quarto, leitura de jornal pelo aluno, pelos pais, valor da casa, etc. Seria aconselhável selecionar mais cuidadosamente estas variáveis e reduzir seu número.

A segunda na má definição das alternativas apresentadas no questionário quanto a cursinho, dado que na quase totalidade dos colégios particulares funciona a 3.^a série do 2.^o grau juntamente com o cursinho. Pode ter ocorrido assim, que ao responder "não frequentou cursinho", o aluno tenha levado em consideração que fazia apenas a 3.^a série, embora a mesma funcionasse como cursinho. Isso certamente, causou distorções nos resultados, mas constitui-se em problema facilmente corrigível.

A terceira imprecisão pode ter ocorrido na própria limitação do processo econométrico utilizado, considerando que o número de variáveis é grande, torna-se provável a existência de multicolinearidade, que acarreta uma perda da eficiência do método dos mínimos quadrados.

Finalmente, a pouca importância que os vestibulandos dão ao questionário sócio-econômico provoca distorções nos dados em estudo, o que talvez seja a imprecisão mais difícil de ser superada.

NOTAS E TABELAS

(1) Foram observados os seguintes dados na UFC:

ANOS	INSCRITOS	VAGAS	EXCEDENTES
1972	4.785	1.050	3.735
1973	4.634	1.105	3.529
1974	6.658	1.155	5.503
1975	7.617	1.155	6.462
1976	7.786	1.215	6.571
1977	10.456	1.400	9.056

FONTE: Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV).

- (2) PARKIN, George W. *O Ensino de 2.^o grau*. (Estudo de Educação Comparada). Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Secundário, 1966, p. 152.
- (3) CHAGAS, Valnir. *A Luta pela Universidade no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 1967, pp. 13-14.
- (4) FREQUÊNCIA A CURSINHO E APROVAÇÃO NO EXAME VESTIBULAR-UFC, 1977.

	CURSINHO		NÃO CURSINHO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Aprovados	32%	28%	36%	45%
Reprovados	68%	72%	64%	55%

TABELA — 1

DEFINIÇÕES DAS VARIÁVEIS (média e desvio-padrão entre parênteses)

- I: Valor numérico de idade, em anos completos, em 31.12.76 (I_H 22, 0,004; I_M 21, 0,005).
- R: Número de vezes que repetiu o ano durante o 2.^o grau. (R_H 14%, 0,034; R_M 9%, 0,012).
- T: Número de vezes que tentou o vestibular na UFC. (T_H 1,2, 0,012; T_M 1, 0,013).
- ESP: Espanhol como língua estrangeira escolhida para o vestibular. (ESP_H 52%, 0,030; ESP_M 54%, 0,033).
- CLE: Frequência a cursos especializados de língua estrangeira. (CLE_H 35%, 0,033; CLE_M 47%, 0,034).

JD: Leitura de jornal diariamente, pelo aluno.
(JD_H 35%, 0,033; JD_M 28%, 0,036).

JPV: Leitura de jornal esporadicamente, pelo pai.
(JPV_H 45%, 0,043; JPV_M 42%, 0,044).

JPD: Leitura de jornal diariamente, pelo pai. JPD_H
37%, 0,049, JPD_M 42%, 0,048).

JMV: Leitura de jornal esporadicamente, pela mãe.
(JMV_H 63%, 0,040; JMV_M 61%, 0,039).

JMD: Leitura de jornal diariamente, pela mãe.
(JMD_H 17%, 0,057; JMD_M 20%, 0,055).

PMED: Pai com instrução de nível médio. (PMED_H
29%, 0,039; PMED_M 32%, 0,039).

MMED: Mãe com instrução de nível médio (MMED_H
40%, 0,037; MMED_M 38%, 0,038).

PUNIV: Pai com instrução de nível universitário
(PUNIV_H 14%, 0,054; PUNIV_M 15%, 0,053).

MUNIV: Mãe com instrução de nível universitário.
(MUNIV_H 4%, 0,054; MUNIV_M 5%, 0,078).

YFAM: Soma (Cr\$ 1.000,00) da renda mensal do pai e
da mãe. (YFAM_H 4,8 0,006; YFAM_M 5,2,
0,005).

CASA: Valor estimado da casa própria em faixas que
variam de: abaixo de Cr\$ 5.000,00 (faixa 1)
até acima de Cr\$ 600.000,00 (faixa 8). (CASA_H
4.1, 0,006; CASA_M 3,7, 0,006).

QUARTO: Número de pessoas com quem divide o quarto.
(QUARTO_H 1,33, 0,011; QUARTO_M 1,66,
0,012).

CURSINHO: Frequência a cursinho (CURSINHO_H 68%,
0,034; CURSINHO_M 69%, 0,036).

PASSOU: Classificação no exame vestibular. (PASSOU_H
16%, PASSOU_M 15%).

RESULTADOS DAS REGRESSÕES

(Erro-padrão entre parênteses)

VAR. DEP. VAR. INDEP.	PASSOU H	CURSINHO H	PASSOU M	CURSINHO M
I	— 0,009 (0,003)	— 0,005 (0,004)	— 0,010 (0,005)	0,010 (0,005)
R	0,002 (0,034)	0,058 (0,038)	— 0,013 (0,044)	0,020 (0,051)
T	0,012 (0,012)	0,129 (0,012)	0,029 (0,013)	0,140 (0,013)
ESP	— 0,024 (0,030)	— 0,103 (0,034)	— 0,020 (0,033)	0,146 (0,037)
CLE	0,064 (0,033)	— 0,036 (0,037)	0,067 (0,034)	— 0,039 (0,040)
JD	— 0,041 (0,033)	— 0,009 (0,038)	— 0,012 (0,036)	0,005 (0,042)
JPV	0,093 (0,043)	0,042 (0,043)	— 0,042 (0,044)	— 0,055 (0,051)
JPD	0,026 (0,049)	— 0,066 (0,055)	— 0,038 (0,048)	— 0,050 (0,055)
JMV	— 0,075 (0,040)	0,081 (0,046)	— 0,040 (0,040)	0,011 (0,045)
JMD	— 0,061 (0,057)	0,067 (0,065)	— 0,007 (0,055)	0,039 (0,064)
PMED	0,004 (0,039)	— 0,032 (0,044)	0,007 (0,039)	— 0,051 (0,045)
MMED	0,060 (0,037)	— 0,080 (0,042)	— 0,029 (0,038)	— 0,092 (0,045)
PUNIV	0,027 (0,054)	0,049 (0,061)	0,044 (0,053)	— 0,091 (0,062)
MUNIV	0,109 (0,083)	— 0,260 (0,094)	0,001 (0,078)	— 0,054 (0,091)

YFAM	— 0,003 (0,006)	— 0,008 (0,006)	0,000 (0,005)	— (0,010) (0,006)
CASA	— 0,005 (0,006)	— 0,010 (0,007)	— 0,001 (0,006)	0,007 (0,007)
QUARTO	(0,005) (0,011)	0,012 (0,043)	0,008 (0,012)	0,007 (0,013)
CURSI- NHO	— 0,038 (0,034)	— —	— 0,097 (0,036)	— —

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JR., A. (Relatos) O Currículo da 3.^a Série Colegial in *Revista Documenta n.º 4*. MEC, CFE, junho, 1962. pp. 44-45.
- BERGER, Manfredo — *Educação e Dependência*. Porto Alegre, DIFEL, coedição URGs, 1976.
- BOWLES, Samuel — Schooling and Inequality from Generation to Generation in *Journal of Political Economy*. Vol. 80, number 3, part II, May/June, 1972. pp. 219-251.
- CHAGAS, Valnir — *A Luta pela Universidade do Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 1967.
- FIELDS, Gary S. — The Private Demand for Education in Relation to Labour Market Conditions in Less. Developed Countries in *The Economic Journal*. December, 1974. pp. 906-925.
- SILVA, Geraldo Bastos — *A Educação Secundária*. S. Paulo, Editora Nacional, 1969.
- TEIXEIRA, Anísio — *A Educação no Brasil in HANS, Nicholas. Educação Comparada*. São Paulo, Editora Nacional, 1961.
- Relatórios Estatísticos da Comissão Coordenadora do Vestibular da UFC.